



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

Lei Nº. 551 /2014 de 09 de julho de 2014

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução do orçamento para o exercício financeiro de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PILAR, ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

**SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao artigo 165 §2º da Constituição Federal e as determinações da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração dos Orçamentos para o exercício financeiro de 2015.

Art. 2º - Entende-se por Diretrizes Orçamentárias as instruções e orientações para elaboração e execução dos orçamentos para o exercício financeiro de 2015.

**SEÇÃO II
DOS GASTOS MUNICIPAIS**

Art. 3º - Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de materiais, bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 4º - Os gastos municipais serão estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se:

- I – A carga de trabalho estimada para o exercício financeiro;
- II – Fatores conjunturais que possam afetar os gastos;
- III – Recursos destinados ao pagamento e parcelamento da Dívida Fundada;
- IV – Recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais.

**SEÇÃO III
DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO**

Art. 5º - Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

- I – Dos tributos de sua competência;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

- II – De atividades econômicas;
- III – De transferências constitucionais ou voluntárias;
- IV – Das alienações;
- V – Dos empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, destinados à despesa de capital;
- VI – Das contribuições sociais para o Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 6º - A estimativa das receitas considerou:

- I – Os fatores conjunturais que passam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
- II – A carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;
- III – Alterações na legislação tributária;
- IV – A variação do índice de preços;
- V – A arrecadação dos últimos 04 (quatro) exercícios encerrados (2010 a 2013) e a previsão para 2014.

Art. 7º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência;

- §1º - O Município despenderá esforços no sentido de diminuir o valor da dívida ativa;
- §2º - O Município procurará modernizar a máquina fazendária no sentido de aumentar a arrecadação;
- §3º - A Lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária só poderá ser aprovada ou editada se cumpridas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar Nº101/2000.
- §4º - Qualquer alteração na Legislação Tributária para exercício financeiro de 2015 deverá ser encaminhada ao Poder Legislativo e por ele aprovada antes da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, afim de que possam as mesmas ser incluídas na previsão da receita.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Art. 8º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2015 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei.

Art. 9º - As ações constantes no Anexo de que trata o artigo anterior possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no Plano Plurianual.

§ 1º – Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2015, ambos os Poderes deverão verificar os programas que forem contemplados no PPA (2014 – 2017), e as ações prioritárias nele contempladas para 2015 deverão estar em consonância com as prioridades previstas na presente Lei.

§ 2º - Quando da Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015, o Poder Executivo e Poder Legislativo deverão obedecer aos atos normativos que estiverem vigentes.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

§ 3º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 10º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

- I – Orçamento Fiscal;
- II – Orçamento da Seguridade Social;
- III – Orçamento de Investimentos

§ 1º - O Orçamento Fiscal tratará da política fiscal e abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 2º - O Orçamento de Seguridade Social abrangerá as áreas de Saúde e Assistência Social.

§ 3º - O Orçamento de Investimentos abrangerá as empresas que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do Capital Social com direito a voto.

Art. 11 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2015, apresentará conjuntamente, a programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, quando for o caso, na qual a discriminação:

- I – Da Receita obedecerá ao disposto na Portaria STN Nº. 163, de 04 de maio de 2001 e Portaria Conjunta do STN 03 de 14 de outubro de 2008, e suas alterações;
- II – Da Despesa far-se-á por unidade orçamentária, por função, sub-função, programa, projeto ou atividade, obedecendo a classificação funcional – programática expressa na Portaria STN Nº. 42, de 04 de abril de 1999 e suas atualizações e por grupo de Despesa e por Categorias Econômicas, consoante o disposto na Portaria Conjunta da STN 03, de 14 de outubro de 2008 e suas alterações.

Art. 12 – A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

- I – a Fundos Especiais;
- II – às Ações de Saúde e Assistência Social;
- III – ao Regime Próprio de Previdência Social;
- IV – à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Art. 13 – No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015 as Despesas com Pessoal e Encargos não poderão ultrapassar o limite prudencial estabelecido no artigo 22 da Lei Complementar 101/2000.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

Parágrafo Único – Caso o Município, quando da elaboração da lei orçamentária para 2015 já esteja acima do limite previsto no art. 22 da Lei Complementar 101/2000, as vedações contidas no referido artigo deverão ser observados quando da fixação destes gastos.

Art. 14 – O Município não gastará menos que 25% (vinte e cinco por cento) no Desenvolvimento do Ensino, nem menos que 15% (quinze por cento) nas ações de saúde, em relação às receitas resultantes de imposto, conforme determina o artigo 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional Nº. 29, respectivamente, devendo a Lei Orçamentária para 2015 já fixar tais valores mínimos.

Parágrafo Único – O Município não gastará menos de 2% (dois por cento) da receita tributária líquida anual na promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes e nem menos de 2% (dois por cento) do Fundo de Participação dos Municípios com o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a serem vinculados à promoção eficaz de políticas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.

Art. 15 – Constará da Lei Orçamentária recurso para pagamento de sentenças judiciais, consoante determina o art. 100 da Constituição Federal.

Art. 16 – O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

- I – Texto da Lei;
- II – Quadros Orçamentários Consolidados;
- III – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a Receita e Despesa na forma definida nesta Lei;
- IV – Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II da Constituição Federal;
- V – Discriminação na legislação da Receita e da Despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- VI – Demonstrativo da renúncia da Receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Art. 17 – Para efeito do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo do Município e as entidades da Administração Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2014, sua respectiva proposta orçamentária, para, se compatível com as determinações previstas na Constituição ou em lei infraconstitucional, serem incluídas no Projeto de Lei Orçamentária, observadas também as disposições desta Lei.

Art. 18 – O Poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária para apreciação do Legislativo até 30 de agosto de 2014, prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do exercício financeiro seguinte, para estimar a receita de acordo com os índices da União e do Estado, bem como da execução orçamentária de 2014.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

SEÇÃO II DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 19 – A Lei Orçamentária conterà reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na Lei Orçamentária, a 1% (um por cento) da Receita Prevista para o Município e se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos.

Art. 20 – Para efeitos do art.16 da Lei Complementar nº. 101 de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se referem os incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666 de 1993, bem como aquelas oriundas de aumento das alíquotas previdenciárias patronais.

Art. 21 – As despesas de caráter continuado terão sua fixação efetuada com base na margem líquida em relação às mesmas despesas realizadas no exercício financeiro de 2014, levando-se em conta o aumento permanente das receitas e redução permanente das despesas conforme § 3º, art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrer as circunstâncias estabelecidas no caput do Art. 9º, ou no inciso II, § 1º, do Art. 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, os poderes Executivos e Legislativo deverão proceder a respectiva limitação de empenho, no montante e prazo previstos nos respectivos artigos.

SEÇÃO III DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DOS CRÉDITOS ADICIONAIS DESTINADOS AO PODER LEGISLATIVO

Art. 22 – O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2015, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas na Resolução Normativa nº 001/2005 do Tribunal de Contas de Alagoas acrescido dos valores devidos aos inativos e pensionista.

Art. 23 – O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo Único – Ao final do exercício financeiro, o saldo de recurso do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo.

Art. 24 – A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação contábil.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

SEÇÃO IV DA DISPOSIÇÃO SOBRE NOVOS PROJETOS

Art. 25 – Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público.

Parágrafo Único – Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários, e que seja custeado por outra esfera de Governo.

SEÇÃO V DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 26 – O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, art. 167, a entidades da administração indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira.

SEÇÃO VI DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA O SETOR PRIVADO SUBSEÇÃO I

DOS RECURSOS DESTINADOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 27 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

SUBSEÇÃO II DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Art. 28 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social.

Parágrafo Único – A transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente do Município, que analisará os casos individualmente, aprovando-os ou não.

Art. 29 – A transferência de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas jurídicas sem fins lucrativos deverá ser autorizada na Lei Orçamentária Anual ou por lei específica para atender a entidade que abranja atividades nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo ou educação.

§1º – A transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal a qual a entidade privada seja relacionada, de acordo com a atividade executada.

§2º - a transferência de recursos dependerá da apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS

SEÇÃO VII DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 30 – A lei orçamentária autorizará a abertura de créditos adicionais, do tipo suplementar até o limite de 2,5% (dois virgula cinco por cento) da receita prevista para o exercício de 2015.

Art. 31 – Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2014, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício de 2015 por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

SEÇÃO VIII TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIA. DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 32 – Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

§ 1º - A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que tem a função de corrigir desvios de planejamento.

§ 2º - Para efeitos das leis orçamentárias, entende-se por:

I – Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II – Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade;

III – Transferência – deslocamento permitido de dotações de um mesmo programa de Governo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

SEÇÃO I DO APROVEITAMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 33 – A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Administrações Indiretas, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

SEÇÃO II DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 – No exercício de 2015, quando a despesa total com pessoal exceder o limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101 de 2000, a realização de serviço extraordinário em qualquer dos Poderes somente poderá ocorrer no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, ou quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência e calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo benefício se revelar favorável em relação à outra alternativa possível.

Art. 35 – A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015 não poderá fixar o total das Despesas com Pessoal e Encargos acima do limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101 de 2000, devendo este limite ser observado por cada Poder, separadamente.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 – Na política de administração tributária do Município fica definido a seguinte diretriz para 2015, devendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

I – Revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

- a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observando-se a Lei Complementar 116 de 2003.
- c) Regulamentação do Simples Nacional, no âmbito do Município

Art. 37 – Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo Único – Caso as alterações proposta não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão contingenciadas as previsões de receita e a fixação de dotações orçamentárias, de forma a restabelecer o equilíbrio entre receita e despesas.

CAPÍTULO VI
DO NÃO - ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS

Art. 38 – A limitação de empenho prevista nesta Lei, deverá seguir a seguinte ordem de limitação:

I – No Poder Executivo:

- a) diárias;
- b) serviço extraordinário;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) realização de obras com recursos próprios

II – No Poder Legislativo:

- a) diárias;
- b) realização de serviço extraordinário;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) realização de obras com recursos próprios.

§ 1º - As limitações previstas no inciso I deste artigo não podem abranger os projetos e atividades cuja despesa constitui obrigação constitucional ou legal de execução;

§ 2º - Em não sendo suficiente, ou inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – das despesas com pessoal e encargos sociais;

II – das despesas necessárias para o atendimento à saúde, bem como das despesas voltadas para a Manutenção do Ensino;

III – das despesas necessárias para o atendimento à Assistência Social;

IV – das despesas com o pagamento de precatórios judiciais.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

V - das despesas com o pagamento dos encargos e do principal da dívida consolidada do Município;

§ 3º A limitação de empenho corresponderá, em termos percentuais, ao valor ultrapassado da meta de resultado primário ou nominal, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

CAPÍTULO VII DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Art. 39 – O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social será elaborado obedecendo-se os ditames da Portaria nº. 916/2003 do Ministério da Previdência Social, e suas alterações.

Parágrafo Único – O Regime Próprio de Previdência Social do Município encaminhará sua proposta orçamentária ao Poder Executivo até 30 de julho de 2014.

Art. 40 – O Cálculo Atuarial previsto nesta Lei, deverá ser avaliado e as alterações de alíquotas de custeio proposta no cálculo, deverão ser imediatamente implantadas, a partir de alteração na legislação do RPPS, a fim de que se preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 – Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar 101 de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou acordo com a União ou Estados, com vistas:

- I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV – a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município;
- V – a realização de obras e serviços públicos de interesse público local.

Art. 42 – Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido para a sanção do Poder Executivo até o final da última sessão legislativa do exercício de 2014, ficarão os Poderes autorizados a utilizar 1 /12 (um doze avos) do orçamento previsto para 2015, até que o Executivo receba a Lei aprovada, e proceda a sua sanção e publicação.

Art. 43 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
Praça Floriano Peixoto, S/N – Centro – CEP – 57.150-000 – Pilar - Alagoas
CNPJ – 12.200.150/0001-28

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PILAR, ESTADO DE ALAGOAS,
em 09 de julho de 2014.

Carlos Alberto Moreira de Mendonça Canuto
CARLOS ALBERTO MOREIRA DE MENDONÇA CANUTO
PREFEITO

Certifico para os devidos fins que a Lei nº 551/2014, de 09 de julho de 2014, foi registrada e publicada na sede da Secretaria Municipal de Administração do Município de Pilar - AL, em 09 de julho de 2014.

Paulo Urbano Vieira
PAULO URBANO VIEIRA
Secretario Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2015

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2012 (d)	2011
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2013 (b)	2012 (e)	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Balanços Gerais dos exercícios em referência

Não houve alienação de bens nos períodos supra citados.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS
2015

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO		
	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES	86.973.409,27	91.669.973,37	96.620.151,93
Receita Tributária	7.466.928,70	7.870.142,85	8.295.130,57
Impostos	7.444.342,76	7.846.337,27	8.270.039,48
Taxas	22.585,95	23.805,59	25.091,09
Receita de Contribuições	1.697.166,67	1.788.813,67	1.885.409,61
Receita Patrimonial	734.213,82	773.861,37	815.649,88
Transferências Correntes	24.896.692,35	26.241.113,74	27.658.133,88
Transferências Intergovernamentais	24.896.692,35	26.241.113,74	27.658.133,88
Transferências da União	24.896.692,35	26.241.113,74	27.658.133,88
Cota-Parte do FPM	15.909.441,93	16.768.551,79	17.674.053,59
Transferências de Recursos do SUS - FMS	8.987.250,42	9.472.561,95	9.984.080,29
Outras Receitas Correntes	52.178.407,72	54.996.041,74	57.965.827,99
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	70.852,82	74.678,87	78.711,53
Demais Receitas Correntes	52.107.554,90	54.921.362,87	57.887.116,46
RECEITAS DE CAPITAL	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
TOTAL	106.496.583,10	112.247.398,59	118.308.758,11

FONTE:

Banco Central do Brasil - Inflação e câmbio/taxa de juros, LDO Estadual - PIB

Na metodologia de cálculo da estimativa da receita foi levado em consideração a evolução histórica da arrecadação combinada com o incremento do índice inflacionário projetado para os próximos três anos.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2015

RECEITA TRIBUTÁRIA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	6.997.863,96	—
2013	6.766.403,00	(3,42) %
2014	7.077.657,54	4,40 %
2015	7.466.928,70	5,21 %
2016	7.870.142,85	5,40 %
2017	8.295.130,57	5,40 %

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	2.816,16	—
2013	102.411,00	97,25 %
2014	1.608.688,79	93,63 %
2015	1.697.166,67	5,21 %
2016	1.788.813,67	5,40 %
2017	1.885.409,61	5,40 %

RECEITA PATRIMONIAL

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	1.272.582,55	—
2013	665.332,00	(91,27) %
2014	695.937,27	4,40 %
2015	734.213,82	5,21 %
2016	773.861,37	5,40 %
2017	815.649,88	5,40 %

RECEITA AGROPECUÁRIA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2015

RECEITA INDUSTRIAL

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

RECEITA DE SERVIÇOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	552.281,00	100,00 %
2014	577.685,93	4,40 %
2015	609.458,66	5,21 %
2016	642.369,42	5,40 %
2017	677.057,37	5,40 %

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	79.008.214,64	—
2013	74.614.344,00	(5,89) %
2014	76.066.644,22	1,91 %
2015	80.250.309,65	5,21 %
2016	84.583.826,37	5,40 %
2017	89.151.353,00	5,40 %

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	155.330,59	—
2013	118.277,00	(31,33) %
2014	125.527,39	5,78 %
2015	132.431,40	5,21 %
2016	139.582,69	5,40 %
2017	147.120,16	5,40 %

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

ALIENAÇÃO DE BENS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	17.691.566,00	100,00 %
2014	18.505.378,04	4,40 %
2015	19.523.173,83	5,21 %
2016	20.577.425,22	5,40 %
2017	21.688.606,18	5,40 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2015

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	2.281.662,38	—
2013	5.217.258,00	56,27 %
2014	5.457.251,87	4,40 %
2015	5.757.400,72	5,21 %
2016	6.068.300,36	5,40 %
2017	6.395.988,58	5,40 %

RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2015

FONTE:

Variáveis: LDO do Estado de Alagoas

Este anexo reflete a mesma metodologia utilizada no Anexo I.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS I - DESPESAS
2015

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$		
	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES (I)	81.398.821,08	85.794.357,41	90.427.252,71
Pessoal e Encargos Sociais	31.788.224,94	33.504.789,09	35.314.047,70
Juros e Encargos da Dívida	310.110,93	326.856,92	344.507,19
Outras Despesas Correntes	49.300.485,21	51.962.711,41	54.768.697,82
DESPESAS DE CAPITAL (II)	24.032.796,20	25.330.567,19	26.698.417,82
Investimentos	22.586.407,71	23.806.073,73	25.091.601,71
Inversões Financeiras	335.901,45	354.040,13	373.158,30
Amortização Financeira	1.110.487,04	1.170.453,34	1.233.657,82
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (III)	1.064.965,83	1.122.473,98	1.183.087,57
TOTAL (IV) = (I + II + III)	106.496.583,10	112.247.398,59	118.308.758,11

FONTE:

A metodologia de fixação das despesas foi baseada na estimativa das receitas e suas divisões e vinculações.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2015

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	30.131.018,90	100,00 %
2015	31.788.224,94	5,21 %
2016	33.504.789,09	5,40 %
2017	35.314.047,70	5,40 %

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	293.944,01	100,00 %
2015	310.110,93	5,21 %
2016	326.856,92	5,40 %
2017	344.507,19	5,40 %

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	46.730.317,73	100,00 %
2015	49.300.485,21	5,21 %
2016	51.962.711,41	5,40 %
2017	54.768.697,82	5,40 %

INVESTIMENTOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	21.408.917,26	100,00 %
2015	22.586.407,71	5,21 %
2016	23.806.073,73	5,40 %
2017	25.091.601,71	5,40 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2015

INVERSÕES FINANCEIRAS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	318.390,00	100,00 %
2015	335.901,45	5,21 %
2016	354.040,13	5,40 %
2017	373.158,30	5,40 %

AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	1.052.594,35	100,00 %
2015	1.110.487,04	5,21 %
2016	1.170.453,34	5,40 %
2017	1.233.657,82	5,40 %

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	967.352,37	100,00 %
2015	1.020.556,75	5,21 %
2016	1.075.666,81	5,40 %
2017	1.133.752,82	5,40 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2015

FONTE:

Este demonstrativo reflete a mesma metodologia utilizada no Anexo II.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

2015

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2014	7.084.300,03	3.000.152,83	4.084.147,20	4.084.147,20
2015	7.680.146,92	3.240.027,11	4.440.119,81	8.524.267,01
2016	8.300.524,14	3.389.258,28	4.911.265,86	13.435.532,87
2017	8.893.975,36	3.744.647,21	5.149.328,15	18.584.861,02
2018	9.509.596,52	4.004.546,66	5.505.049,86	24.089.910,88
2019	10.045.799,52	4.680.020,88	5.365.778,64	29.455.689,52
2020	10.685.773,01	4.809.452,69	5.876.320,32	35.332.009,84
2021	11.303.912,74	5.109.335,66	6.194.577,08	41.526.586,92
2022	11.952.656,28	5.287.615,44	6.665.040,84	48.191.627,76
2023	12.596.161,11	5.519.737,64	7.076.423,47	55.268.051,23
2024	13.196.664,43	6.017.450,36	7.179.214,07	62.447.265,30
2025	13.797.320,03	6.545.337,97	7.251.982,06	69.699.247,36
2026	14.342.126,46	7.342.053,65	7.000.072,81	76.699.320,17
2027	14.895.468,14	8.019.383,78	6.876.084,36	83.575.404,53
2028	15.457.675,91	8.645.383,67	6.812.292,24	90.387.696,77
2029	15.976.107,13	9.514.441,55	6.461.665,58	96.849.362,35
2030	16.524.024,12	10.198.240,37	6.325.783,75	103.175.146,10
2031	17.076.981,12	10.782.982,58	6.293.998,54	109.469.144,64
2032	17.610.531,58	11.353.532,36	6.256.999,22	115.726.143,86
2033	18.036.602,89	12.599.236,88	5.437.366,01	121.163.509,87
2034	18.537.356,74	13.266.799,74	5.270.557,00	126.434.066,87
2035	19.057.187,17	13.639.017,37	5.418.169,80	131.852.236,67
2036	19.571.257,78	14.143.179,12	5.428.078,66	137.280.315,33
2037	20.031.395,25	15.123.530,70	4.907.864,55	142.188.179,88
2038	20.518.280,40	15.787.718,62	4.730.561,78	146.918.741,66
2039	21.077.344,78	15.842.277,18	5.235.067,60	152.153.809,26
2040	21.600.802,59	16.231.057,20	5.369.745,39	157.523.554,65
2041	22.164.432,16	16.265.617,86	5.898.814,30	163.422.368,95
2042	22.732.121,64	16.323.953,33	6.408.168,31	169.830.537,26
2043	23.299.777,56	16.436.429,44	6.863.348,12	176.693.885,38
2044	23.902.497,12	16.161.130,50	7.741.366,62	184.435.252,00
2045	24.547.068,82	15.926.847,09	8.620.221,73	193.055.473,73
2046	7.651.391,66	15.668.213,49	-8.016.821,83	185.038.651,90
2047	7.398.181,98	15.129.731,43	-7.731.549,45	177.307.102,45
2048	7.175.226,79	14.531.775,00	-7.356.548,21	169.950.554,24
2049	6.958.873,73	13.953.549,86	-6.994.676,13	162.955.878,11
2050	6.748.865,09	13.383.599,68	-6.634.734,59	156.321.143,52
2051	6.535.010,23	12.995.610,33	-6.460.600,10	149.860.543,42
2052	6.361.703,04	12.304.005,38	-5.942.302,34	143.918.241,08
2053	6.191.001,36	11.655.754,08	-5.464.752,72	138.453.488,36
2054	6.058.343,36	10.838.110,73	-4.779.767,37	133.673.720,99
2055	5.936.946,87	9.948.718,88	-4.011.772,01	129.661.948,98
2056	5.830.676,38	9.212.341,52	-3.381.665,14	126.280.283,84
2057	5.737.999,55	8.347.873,05	-2.609.873,50	123.670.410,34
2058	5.648.973,66	7.494.753,64	-1.845.779,98	121.824.630,36
2059	5.569.245,40	6.849.047,79	-1.279.802,39	120.544.827,97
2060	5.488.202,83	6.352.201,61	-863.998,78	119.680.829,19
2061	5.420.269,05	5.969.517,32	-549.248,27	119.131.580,92

2062	5.350.589,45	5.642.027,23	-291.437,78	118.840.143,14
2063	5.283.118,79	5.247.129,79	35.989,00	118.876.132,14
2064	5.223.878,92	4.986.722,29	237.156,63	119.113.288,77
2065	5.165.308,93	4.721.169,48	444.139,45	119.557.428,22
2066	5.105.302,89	4.598.518,02	506.784,87	120.064.213,09
2067	5.006.779,48	4.540.254,12	466.525,36	120.530.738,45
2068	4.933.166,22	4.670.343,20	262.823,02	120.793.561,47
2069	4.866.425,85	4.693.157,67	173.268,18	120.966.829,65
2070	4.786.625,11	4.735.857,46	50.767,65	121.017.597,30
2071	4.648.715,37	4.856.648,92	-207.933,55	120.809.663,75
2072	4.534.838,85	5.279.171,98	-744.333,13	120.065.330,62
2073	4.455.335,13	5.556.532,72	-1.101.197,59	118.964.133,03
2074	4.360.414,88	5.647.432,19	-1.287.017,31	117.677.115,72
2075	4.268.554,89	5.727.405,90	-1.458.851,01	116.218.264,71
2076	4.156.147,43	5.818.019,09	-1.661.871,66	114.556.393,05
2077	4.039.708,87	5.978.863,22	-1.939.154,35	112.617.238,70
2078	3.914.215,44	6.142.245,73	-2.228.030,29	110.389.208,41
2079	3.766.374,57	6.302.878,15	-2.536.503,58	107.852.704,83
2080	3.618.551,92	6.469.438,81	-2.850.886,89	105.001.817,94
2081	3.468.169,32	6.590.746,26	-3.122.576,94	101.879.241,00
2082	3.284.600,06	6.636.098,29	-3.351.498,23	98.527.742,77
2083	3.142.018,08	6.802.176,25	-3.660.158,17	94.867.584,60
2084	3.002.289,30	6.718.947,88	-3.716.658,58	91.150.926,02
2085	2.866.951,32	6.575.522,86	-3.708.571,54	87.442.354,48
2086	2.729.929,88	6.409.944,77	-3.680.014,89	83.762.339,59
2087	2.596.481,40	6.233.597,33	-3.637.115,93	80.125.223,66
2088	2.459.100,85	6.042.432,20	-3.583.331,35	76.541.892,31

FONTE:

Ministério da Previdência Social

A presente avaliação atuarial teve o objetivo de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio e concluir que para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial para o atual exercício. O Regime Próprio de Previdência Social de PILAR deverá adotar as alíquotas de contribuição, parte patronal e servidor como também aportes ou alíquotas para amortização do eventual déficit técnico apontados nesta avaliação atuarial.

Esclarecemos que, pelos regimes financeiros adotados, o plano de custeio deverá ser reavaliado atuarialmente, pelo menos, anualmente de forma a poder garantir a consistência e o equilíbrio técnico atuarial. Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

Atuário Responsável pela Avaliação

Nome: VINICIUS ALEXANDRE BIETKOSKI - MIBA: 1241

CPF: 02486476954 - Correio eletrônico: previdencia@actuary.com.br

Telefone: (041) 33290008

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2015

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
PATRIMÔNIO / CAPITAL	11.061.835,02	0,00	11.061.835,02	100,00	11.061.835,02	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	2.965.909,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.027.744,55	0,00	11.061.835,02	100,00	11.061.835,02	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
PATRIMÔNIO /CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Balanços Gerais dos exercícios em referência.

Até o momento da elaboração deste anexo, não houve disponibilização dos dados patrimoniais do RPPS.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS ORBITATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2015

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2015
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	15.000.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	15.000.000,00
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	15.000.000,00

FONTE:

ADMINISTRAÇÃO

Não houve aumento de receitas conforme disposto na LRF. Para que se tenha uma margem de expansão deverá haver, se necessário, a redução de alguma despesa menos prioritária.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS
2015

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO		
	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES	86.973.409,27	91.669.973,37	96.620.151,93
Receita Tributária	7.466.928,70	7.870.142,85	8.295.130,57
Impostos	7.444.342,76	7.846.337,27	8.270.039,48
Taxas	22.585,95	23.805,59	25.091,09
Receita de Contribuições	1.697.166,67	1.788.813,67	1.885.409,61
Receita Patrimonial	734.213,82	773.861,37	815.649,88
Transferências Correntes	24.896.692,35	26.241.113,74	27.658.133,88
Transferências Intergovernamentais	24.896.692,35	26.241.113,74	27.658.133,88
Transferências da União	24.896.692,35	26.241.113,74	27.658.133,88
Cota-Parte do FPM	15.909.441,93	16.768.551,79	17.674.053,59
Transferências de Recursos do SUS - FMS	8.987.250,42	9.472.561,95	9.984.080,29
Outras Receitas Correntes	52.178.407,72	54.996.041,74	57.965.827,99
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	70.852,82	74.678,87	78.711,53
Demais Receitas Correntes	52.107.554,90	54.921.362,87	57.887.116,46
RECEITAS DE CAPITAL	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
TOTAL	106.496.583,10	112.247.398,59	118.308.758,11

FONTE:

Banco Central do Brasil - Inflação e câmbio/taxa de juros, LDO Estadual - PIB

Na metodologia de cálculo da estimativa da receita foi levado em consideração a evolução histórica da arrecadação combinada com o incremento do índice inflacionário projetado para os próximos três anos.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2015

RECEITA TRIBUTÁRIA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	6.997.863,96	—
2013	6.766.403,00	(3,42) %
2014	7.077.657,54	4,40 %
2015	7.466.928,70	5,21 %
2016	7.870.142,85	5,40 %
2017	8.295.130,57	5,40 %

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	2.816,16	—
2013	102.411,00	97,25 %
2014	1.608.688,79	93,63 %
2015	1.697.166,67	5,21 %
2016	1.788.813,67	5,40 %
2017	1.885.409,61	5,40 %

RECEITA PATRIMONIAL

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	1.272.582,55	—
2013	665.332,00	(91,27) %
2014	695.937,27	4,40 %
2015	734.213,82	5,21 %
2016	773.861,37	5,40 %
2017	815.649,88	5,40 %

RECEITA AGROPECUÁRIA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2015

RECEITA INDUSTRIAL

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

RECEITA DE SERVIÇOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	552.281,00	100,00 %
2014	577.685,93	4,40 %
2015	609.458,66	5,21 %
2016	642.369,42	5,40 %
2017	677.057,37	5,40 %

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	79.008.214,64	—
2013	74.614.344,00	(5,89) %
2014	76.066.644,22	1,91 %
2015	80.250.309,65	5,21 %
2016	84.583.826,37	5,40 %
2017	89.151.353,00	5,40 %

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	155.330,59	—
2013	118.277,00	(31,33) %
2014	125.527,39	5,78 %
2015	132.431,40	5,21 %
2016	139.582,69	5,40 %
2017	147.120,16	5,40 %

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

ALIENAÇÃO DE BENS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	17.691.566,00	100,00 %
2014	18.505.378,04	4,40 %
2015	19.523.173,83	5,21 %
2016	20.577.425,22	5,40 %
2017	21.688.606,18	5,40 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2015

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	2.281.662,38	—
2013	5.217.258,00	56,27 %
2014	5.457.251,87	4,40 %
2015	5.757.400,72	5,21 %
2016	6.068.300,36	5,40 %
2017	6.395.988,58	5,40 %

RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	0,00	0,00 %
2015	0,00	0,00 %
2016	0,00	0,00 %
2017	0,00	0,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2015

FONTE:

Variáveis: LDO do Estado de Alagoas

Este anexo reflete a mesma metodologia utilizada no Anexo I.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS I - DESPESAS
2015

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$		
	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES (I)	81.398.821,08	85.794.357,41	90.427.252,71
Pessoal e Encargos Sociais	31.788.224,94	33.504.789,09	35.314.047,70
Juros e Encargos da Dívida	310.110,93	326.856,92	344.507,19
Outras Despesas Correntes	49.300.485,21	51.962.711,41	54.768.697,82
DESPESAS DE CAPITAL (II)	24.032.796,20	25.330.567,19	26.698.417,82
Investimentos	22.586.407,71	23.806.073,73	25.091.601,71
Inversões Financeiras	335.901,45	354.040,13	373.158,30
Amortização Financeira	1.110.487,04	1.170.453,34	1.233.657,82
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (III)	1.064.965,83	1.122.473,98	1.183.087,57
TOTAL (IV) = (I + II + III)	106.496.583,10	112.247.398,59	118.308.758,11

FONTE:

A metodologia de fixação das despesas foi baseada na estimativa das receitas e suas divisões e vinculações.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2015

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	30.131.018,90	100,00 %
2015	31.788.224,94	5,21 %
2016	33.504.789,09	5,40 %
2017	35.314.047,70	5,40 %

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	293.944,01	100,00 %
2015	310.110,93	5,21 %
2016	326.856,92	5,40 %
2017	344.507,19	5,40 %

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	46.730.317,73	100,00 %
2015	49.300.485,21	5,21 %
2016	51.962.711,41	5,40 %
2017	54.768.697,82	5,40 %

INVESTIMENTOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	21.408.917,26	100,00 %
2015	22.586.407,71	5,21 %
2016	23.806.073,73	5,40 %
2017	25.091.601,71	5,40 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2015

INVERSÕES FINANCEIRAS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	318.390,00	100,00 %
2015	335.901,45	5,21 %
2016	354.040,13	5,40 %
2017	373.158,30	5,40 %

AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	1.052.594,35	100,00 %
2015	1.110.487,04	5,21 %
2016	1.170.453,34	5,40 %
2017	1.233.657,82	5,40 %

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2012	0,00	—
2013	0,00	0,00 %
2014	967.352,37	100,00 %
2015	1.020.556,75	5,21 %
2016	1.075.666,81	5,40 %
2017	1.133.752,82	5,40 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2015

FONTE:

Este demonstrativo reflete a mesma metodologia utilizada no Anexo II.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
2015

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	79.939.647,27	78.813.815,00	82.439.250,49	86.973.409,27	91.669.973,37	96.620.151,93
Receita Tributária	6.997.863,96	6.766.403,00	7.077.657,54	7.466.928,70	7.870.142,85	8.295.130,57
Receita de Contribuição	2.816,16	102.411,00	1.608.688,79	1.697.166,67	1.788.813,67	1.885.409,61
Receita Patrimonial	1.272.582,55	665.332,00	695.937,27	734.213,82	773.861,37	815.649,88
Aplicações Financeiras (II)	81.577,01	665.332,00	56.116,85	59.203,28	62.400,25	65.769,87
Outras Receitas Patrimoniais	1.191.005,54	0,00	639.820,42	675.010,54	711.461,11	749.880,01
Transferências Correntes	69.229.391,63	65.391.853,00	66.957.997,95	70.640.687,84	74.455.284,98	78.475.870,37
Demais Receitas Correntes	2.436.992,97	5.887.816,00	6.098.968,94	6.434.412,23	6.781.870,49	7.148.091,50
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	79.858.070,26	78.148.483,00	82.383.133,64	86.914.205,99	91.607.573,11	96.554.382,06
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	0,00	17.691.566,00	18.505.378,04	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	17.691.566,00	18.505.378,04	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	0,00	17.691.566,00	18.505.378,04	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	79.858.070,26	95.840.049,00	100.888.511,68	106.437.379,82	112.184.998,33	118.242.988,24

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES (X)	0,00	0,00	77.155.280,64	81.398.821,08	85.794.357,41	90.427.252,71
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	30.131.018,90	31.788.224,94	33.504.789,09	35.314.047,70
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	293.944,01	310.110,93	326.856,92	344.507,19
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	46.730.317,73	49.300.485,21	51.962.711,41	54.768.697,82
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	0,00	0,00	76.861.336,63	81.088.710,14	85.467.500,49	90.082.745,52
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	0,00	0,00	22.779.901,61	24.032.796,20	25.330.567,19	26.698.417,82
Investimentos	0,00	0,00	21.408.917,26	22.586.407,71	23.806.073,73	25.091.601,71
Inversões Financeiras	0,00	0,00	318.390,00	335.901,45	354.040,13	373.158,30
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	1.052.594,35	1.110.487,04	1.170.453,34	1.233.657,82
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	0,00	0,00	21.727.307,26	22.922.309,16	24.160.113,85	25.464.760,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	967.352,37	1.020.556,75	1.075.666,81	1.133.752,82
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	0,00	0,00	99.555.996,26	105.031.576,05	110.703.281,16	116.681.258,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
2015

RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	79.858.070,26	95.840.049,00	1.332.515,42	1.405.803,77	1.481.717,17	1.561.729,90
---------------------------------------	----------------------	----------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

FONTE:

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais I - Receitas e Despesas.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CANUTO

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS IV - Resultado Nominal
2015

ESPECIFICAÇÃO	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.561.142,00	2.526.541,00	1.493.178,00	459.195,00	431.643,30	794.672,10
DEDUÇÕES (II)	5.874.725,00	5.933.472,00	5.992.808,00	6.052.736,00	5.993.005,33	6.012.849,78
Ativo Disponível	7.229.036,00	7.301.326,00	7.374.340,00	7.448.083,00	7.374.583,00	7.399.002,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.354.311,00	1.367.854,00	1.381.532,00	1.395.347,00	1.381.577,67	1.386.152,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(2.313.583,00)	(3.406.931,00)	(4.499.630,00)	(5.593.541,00)	(5.561.362,03)	(5.218.177,68)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV + V)	(2.313.583,00)	(3.406.931,00)	(4.499.630,00)	(5.593.541,00)	(5.561.362,03)	(5.218.177,68)
RESULTADO NOMINAL	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(781.300,00)	(1.093.348,00)	(1.092.699,00)	(1.093.911,00)	32.178,97	343.184,35

Fonte:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO dos exercícios de referência realizados

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao exercício de 2012.

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CANUTO

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS V - Motante da Dívida Pública
2015

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.587.223,00	3.561.142,00	2.526.541,00	1.493.178,00	459.195,00	431.643,30	794.672,10
Dívida Mobiliária	4.587.223,00	3.561.142,00	2.526.541,00	1.493.178,00	459.195,00	431.643,30	794.672,10
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.119.506,00	5.874.725,00	5.933.472,00	5.992.808,00	6.052.736,00	5.993.005,33	6.012.849,78
Ativo Disponível	7.530.246,00	7.229.036,00	7.301.326,00	7.374.340,00	7.448.083,00	7.374.583,00	7.399.002,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.410.740,00	1.354.311,00	1.367.854,00	1.381.532,00	1.395.347,00	1.381.577,67	1.386.152,22
DCL (III) = (I - II)	-1.532.283,00	-2.313.583,00	-3.406.931,00	-4.499.630,00	-5.593.541,00	-5.561.362,03	-5.218.177,68

FONTES:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO dos exercícios de referência realizados

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CANUTO

Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2015

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	106.496.583,10	100.944.628,53	274,076	112.247.398,59	100.944.628,53	264,007	118.308.758,11	100.944.628,53	272,220 %
Receitas Primárias (I)	106.437.379,82	100.888.511,68	273,923	112.184.998,33	100.888.511,68	263,860	118.242.988,24	100.888.511,68	272,068 %
Despesa Total	106.496.583,10	100.944.628,53	274,076	112.247.398,59	100.944.628,53	264,007	118.308.758,11	100.944.628,53	272,220 %
Despesas Primárias (II)	105.031.576,05	99.555.996,26	270,306	110.703.281,16	99.555.996,26	260,375	116.681.258,34	99.555.996,26	268,475 %
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.405.803,77	1.332.515,42	3,618%	1.481.717,17	1.332.515,42	3,485 %	1.561.729,90	1.332.515,42	3,593 %
Resultado Nominal	-1.093.911,00	-1.036.882,46	-2,815%	32.178,97	28.938,70	0,076 %	343.184,35	292.815,32	0,790 %
Dívida Pública Consolidada	459.195,00	435.255,92	1,182%	431.643,30	388.178,91	1,015 %	794.672,10	678.038,39	1,828 %
Dívida Consolidada Líquida	-5.593.541,00	-5.301.934,60	-14,395%	-5.561.362,03	-5.001.359,78	-13,080	-5.218.177,68	-4.452.307,81	-12,007 %

FONTE:

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
PIB real (crescimento % anual)	2,22 %	2,22 %	2,22 %
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10,75 %	10,75 %	10,75 %
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)	2,35	2,35	2,35
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	5,50 %	5,40 %	5,40 %
Projeção do PIB do Estado – R\$	38.856.613,00	42.516.906,00	43.460.781,31

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CANUTO

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2015

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
PATRIMÔNIO / CAPITAL	11.061.835,02	0,00	11.061.835,02	100,00	11.061.835,02	100,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	2.965.909,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.027.744,55	0,00	11.061.835,02	100,00	11.061.835,02	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
PATRIMÔNIO /CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Balancos Gerais dos exercícios em referência.

Até o momento da elaboração deste anexo, não houve disponibilização dos dados patrimoniais do RPPS.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2015

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2012 (d)	2011
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2013 (b)	2012 (e)	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Balanços Gerais dos exercícios em referência

Não houve alienação de bens nos períodos supra citados.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

2015

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2014	7.084.300,03	3.000.152,83	4.084.147,20	4.084.147,20
2015	7.680.146,92	3.240.027,11	4.440.119,81	8.524.267,01
2016	8.300.524,14	3.389.258,28	4.911.265,86	13.435.532,87
2017	8.893.975,36	3.744.647,21	5.149.328,15	18.584.861,02
2018	9.509.596,52	4.004.546,66	5.505.049,86	24.089.910,88
2019	10.045.799,52	4.680.020,88	5.365.778,64	29.455.689,52
2020	10.685.773,01	4.809.452,69	5.876.320,32	35.332.009,84
2021	11.303.912,74	5.109.335,66	6.194.577,08	41.526.586,92
2022	11.952.656,28	5.287.615,44	6.665.040,84	48.191.627,76
2023	12.596.161,11	5.519.737,64	7.076.423,47	55.268.051,23
2024	13.196.664,43	6.017.450,36	7.179.214,07	62.447.265,30
2025	13.797.320,03	6.545.337,97	7.251.982,06	69.699.247,36
2026	14.342.126,46	7.342.053,65	7.000.072,81	76.699.320,17
2027	14.895.468,14	8.019.383,78	6.876.084,36	83.575.404,53
2028	15.457.675,91	8.645.383,67	6.812.292,24	90.387.696,77
2029	15.976.107,13	9.514.441,55	6.461.665,58	96.849.362,35
2030	16.524.024,12	10.198.240,37	6.325.783,75	103.175.146,10
2031	17.076.981,12	10.782.982,58	6.293.998,54	109.469.144,64
2032	17.610.531,58	11.353.532,36	6.256.999,22	115.726.143,86
2033	18.036.602,89	12.599.236,88	5.437.366,01	121.163.509,87
2034	18.537.356,74	13.266.799,74	5.270.557,00	126.434.066,87
2035	19.057.187,17	13.639.017,37	5.418.169,80	131.852.236,67
2036	19.571.257,78	14.143.179,12	5.428.078,66	137.280.315,33
2037	20.031.395,25	15.123.530,70	4.907.864,55	142.188.179,88
2038	20.518.280,40	15.787.718,62	4.730.561,78	146.918.741,66
2039	21.077.344,78	15.842.277,18	5.235.067,60	152.153.809,26
2040	21.600.802,59	16.231.057,20	5.369.745,39	157.523.554,65
2041	22.164.432,16	16.265.617,86	5.898.814,30	163.422.368,95
2042	22.732.121,64	16.323.953,33	6.408.168,31	169.830.537,26
2043	23.299.777,56	16.436.429,44	6.863.348,12	176.693.885,38
2044	23.902.497,12	16.161.130,50	7.741.366,62	184.435.252,00
2045	24.547.068,82	15.926.847,09	8.620.221,73	193.055.473,73
2046	7.651.391,66	15.668.213,49	-8.016.821,83	185.038.651,90
2047	7.398.181,98	15.129.731,43	-7.731.549,45	177.307.102,45
2048	7.175.226,79	14.531.775,00	-7.356.548,21	169.950.554,24
2049	6.958.873,73	13.953.549,86	-6.994.676,13	162.955.878,11
2050	6.748.865,09	13.383.599,68	-6.634.734,59	156.321.143,52
2051	6.535.010,23	12.995.610,33	-6.460.600,10	149.860.543,42
2052	6.361.703,04	12.304.005,38	-5.942.302,34	143.918.241,08
2053	6.191.001,36	11.655.754,08	-5.464.752,72	138.453.488,36
2054	6.058.343,36	10.838.110,73	-4.779.767,37	133.673.720,99
2055	5.936.946,87	9.948.718,88	-4.011.772,01	129.661.948,98
2056	5.830.676,38	9.212.341,52	-3.381.665,14	126.280.283,84
2057	5.737.999,55	8.347.873,05	-2.609.873,50	123.670.410,34
2058	5.648.973,66	7.494.753,64	-1.845.779,98	121.824.630,36
2059	5.569.245,40	6.849.047,79	-1.279.802,39	120.544.827,97
2060	5.488.202,83	6.352.201,61	-863.998,78	119.680.829,19
2061	5.420.269,05	5.969.517,32	-549.248,27	119.131.580,92

2062	5.350.589,45	5.642.027,23	-291.437,78	118.840.143,14
2063	5.283.118,79	5.247.129,79	35.989,00	118.876.132,14
2064	5.223.878,92	4.986.722,29	237.156,63	119.113.288,77
2065	5.165.308,93	4.721.169,48	444.139,45	119.557.428,22
2066	5.105.302,89	4.598.518,02	506.784,87	120.064.213,09
2067	5.006.779,48	4.540.254,12	466.525,36	120.530.738,45
2068	4.933.166,22	4.670.343,20	262.823,02	120.793.561,47
2069	4.866.425,85	4.693.157,67	173.268,18	120.966.829,65
2070	4.786.625,11	4.735.857,46	50.767,65	121.017.597,30
2071	4.648.715,37	4.856.648,92	-207.933,55	120.809.663,75
2072	4.534.838,85	5.279.171,98	-744.333,13	120.065.330,62
2073	4.455.335,13	5.556.532,72	-1.101.197,59	118.964.133,03
2074	4.360.414,88	5.647.432,19	-1.287.017,31	117.677.115,72
2075	4.268.554,89	5.727.405,90	-1.458.851,01	116.218.264,71
2076	4.156.147,43	5.818.019,09	-1.661.871,66	114.556.393,05
2077	4.039.708,87	5.978.863,22	-1.939.154,35	112.617.238,70
2078	3.914.215,44	6.142.245,73	-2.228.030,29	110.389.208,41
2079	3.766.374,57	6.302.878,15	-2.536.503,58	107.852.704,83
2080	3.618.551,92	6.469.438,81	-2.850.886,89	105.001.817,94
2081	3.468.169,32	6.590.746,26	-3.122.576,94	101.879.241,00
2082	3.284.600,06	6.636.098,29	-3.351.498,23	98.527.742,77
2083	3.142.018,08	6.802.176,25	-3.660.158,17	94.867.584,60
2084	3.002.289,30	6.718.947,88	-3.716.658,58	91.150.926,02
2085	2.866.951,32	6.575.522,86	-3.708.571,54	87.442.354,48
2086	2.729.929,88	6.409.944,77	-3.680.014,89	83.762.339,59
2087	2.596.481,40	6.233.597,33	-3.637.115,93	80.125.223,66
2088	2.459.100,85	6.042.432,20	-3.583.331,35	76.541.892,31

FONTE:

Ministério da Previdência Social

A presente avaliação atuarial teve o objetivo de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio e concluir que para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial para o atual exercício. O Regime Próprio de Previdência Social de PILAR deverá adotar as alíquotas de contribuição, parte patronal e servidor como também aportes ou alíquotas para amortização do eventual déficit técnico apontados nesta avaliação atuarial.

Esclarecemos que, pelos regimes financeiros adotados, o plano de custeio deverá ser reavaliado atuarialmente, pelo menos, anualmente de forma a poder garantir a consistência e o equilíbrio técnico atuarial. Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

Atuário Responsável pela Avaliação

Nome: VINICIUS ALEXANDRE BIETKOSKI - MIBA: 1241

CPF: 02486476954 - Correio eletrônico: previdencia@actuary.com.br

Telefone: (041) 33290008

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2015

AMF – Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.971.067,55	1.193.821,70	2.461.256,57
RECEITAS CORRENTES	2.971.067,55	1.193.821,70	2.461.256,57
Receita de Contribuições	2.531.211,02	2.816,16	2.119.594,61
Pessoal Civil	2.531.211,02	2.816,16	2.119.594,61
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	439.856,53	1.191.005,54	341.661,96
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.423.975,01	2.281.662,38	530.380,41
RECEITAS CORRENTES	1.423.975,01	2.281.662,38	530.380,41
Receita de Contribuições	1.423.975,01	2.281.662,38	530.380,41
Pessoal Civil	1.423.975,01	2.268.654,80	457.191,79
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	13.007,58	73.188,62
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	4.395.042,56	3.475.484,08	2.991.636,98

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.640.168,90	2.176.295,84	2.685.343,02
ADMINISTRAÇÃO	668.143,39	608.077,46	524.953,00
Despesas Correntes	666.014,29	602.418,96	524.953,00
Despesas de Capital	2.129,10	5.658,50	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	972.025,51	1.568.218,38	2.160.390,02
Pessoal Civil	972.025,51	1.568.218,38	2.160.390,02
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2015

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	1.640.168,90	2.176.295,84	2.685.343,02
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	2.754.873,66	1.299.188,24	306.293,96
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	5.373.750,85	6.600.601,50	5.890.147,21

FONTE:

Balanços contábeis dos períodos em referencia.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS ORBITGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2015

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2015
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	15.000.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	15.000.000,00
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	15.000.000,00

FONTE:

ADMINISTRAÇÃO

Não houve aumento de receitas conforme disposto na LRF. Para que se tenha uma margem de expansão deverá haver, se necessário, a redução de alguma despesa menos prioritária.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
2015

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	—

FONTE:

Administração

Não houve estimativa de renúncia de receitas. No caso de ocorrência de alguma estimativa dessa espécie, deve-se propor a alteração deste anexo.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2015

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração da arrecadação de receitas.	6.000.000,00	Redução da execução orçamentária da despesa.	6.000.000,00
Aumento do serviço da dívida pública.	2.000.000,00	Abertura de crédito adicional a partir da anulação de dotações de despesas discricionárias.	2.000.000,00
Eventos de epidemias, enchentes e outras situações de calamidade pública.	10.000.000,00	Abertura de créditos adicionais extraordinários.	10.000.000,00
TOTAL	18.000.000,00	TOTAL	18.000.000,00

FONTE:

Secretaria de Administração e Urbanismo.

Valores estimados a partir da análise da execução orçamentária dos últimos três exercícios.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2015

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	106.496.583,10	100.944.628,53	274,076	112.247.398,59	100.944.628,53	264,007	118.308.758,11	100.944.628,53	272,220 %
Receitas Primárias (I)	106.437.379,82	100.888.511,68	273,923	112.184.998,33	100.888.511,68	263,860	118.242.988,24	100.888.511,68	272,068 %
Despesa Total	106.496.583,10	100.944.628,53	274,076	112.247.398,59	100.944.628,53	264,007	118.308.758,11	100.944.628,53	272,220 %
Despesas Primárias (II)	105.031.576,05	99.555.996,26	270,306	110.703.281,16	99.555.996,26	260,375	116.681.258,34	99.555.996,26	268,475 %
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.405.803,77	1.332.515,42	3,618%	1.481.717,17	1.332.515,42	3,485 %	1.561.729,90	1.332.515,42	3,593 %
Resultado Nominal	-1.093.911,00	-1.036.882,46	-2,815%	32.178,97	28.938,70	0,076 %	343.184,35	292.815,32	0,790 %
Dívida Pública Consolidada	459.195,00	435.255,92	1,182%	431.643,30	388.178,91	1,015 %	794.672,10	678.038,39	1,828 %
Dívida Consolidada Líquida	-5.593.541,00	-5.301.934,60	-14,395%	-5.561.362,03	-5.001.359,78	-13,080	-5.218.177,68	-4.452.307,81	-12,007 %

FONTE:

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
PIB real (crescimento % anual)	2,22 %	2,22 %	2,22 %
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10,75 %	10,75 %	10,75 %
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)	2,35	2,35	2,35
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	5,50 %	5,40 %	5,40 %
Projeção do PIB do Estado – R\$	38.856.613,00	42.516.906,00	43.460.781,31

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CANUTO

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS V - Motante da Dívida Pública
2015

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.587.223,00	3.561.142,00	2.526.541,00	1.493.178,00	459.195,00	431.643,30	794.672,10
Dívida Mobiliária	4.587.223,00	3.561.142,00	2.526.541,00	1.493.178,00	459.195,00	431.643,30	794.672,10
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.119.506,00	5.874.725,00	5.933.472,00	5.992.808,00	6.052.736,00	5.993.005,33	6.012.849,78
Ativo Disponível	7.530.246,00	7.229.036,00	7.301.326,00	7.374.340,00	7.448.083,00	7.374.583,00	7.399.002,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.410.740,00	1.354.311,00	1.367.854,00	1.381.532,00	1.395.347,00	1.381.577,67	1.386.152,22
DCL (III) = (I - II)	-1.532.283,00	-2.313.583,00	-3.406.931,00	-4.499.630,00	-5.593.541,00	-5.561.362,03	-5.218.177,68

FONTES:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO dos exercícios de referência realizados

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CANUTO
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
2015

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	—

FONTE:

Administração

Não houve estimativa de renúncia de receitas. No caso de ocorrência de alguma estimativa dessa espécie, deve-se propor a alteração deste anexo.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS IV - Resultado Nominal
2015

ESPECIFICAÇÃO	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.561.142,00	2.526.541,00	1.493.178,00	459.195,00	431.643,30	794.672,10
DEDUÇÕES (II)	5.874.725,00	5.933.472,00	5.992.808,00	6.052.736,00	5.993.005,33	6.012.849,78
Ativo Disponível	7.229.036,00	7.301.326,00	7.374.340,00	7.448.083,00	7.374.583,00	7.399.002,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.354.311,00	1.367.854,00	1.381.532,00	1.395.347,00	1.381.577,67	1.386.152,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(2.313.583,00)	(3.406.931,00)	(4.499.630,00)	(5.593.541,00)	(5.561.362,03)	(5.218.177,68)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV + V)	(2.313.583,00)	(3.406.931,00)	(4.499.630,00)	(5.593.541,00)	(5.561.362,03)	(5.218.177,68)
RESULTADO NOMINAL	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(781.300,00)	(1.093.348,00)	(1.092.699,00)	(1.093.911,00)	32.178,97	343.184,35

Fonte:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO dos exercícios de referência realizados

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao exercício de 2012.

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CANUTO

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
2015

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	79.939.647,27	78.813.815,00	82.439.250,49	86.973.409,27	91.669.973,37	96.620.151,93
Receita Tributária	6.997.863,96	6.766.403,00	7.077.657,54	7.466.928,70	7.870.142,85	8.295.130,57
Receita de Contribuição	2.816,16	102.411,00	1.608.688,79	1.697.166,67	1.788.813,67	1.885.409,61
Receita Patrimonial	1.272.582,55	665.332,00	695.937,27	734.213,82	773.861,37	815.649,88
Aplicações Financeiras (II)	81.577,01	665.332,00	56.116,85	59.203,28	62.400,25	65.769,87
Outras Receitas Patrimoniais	1.191.005,54	0,00	639.820,42	675.010,54	711.461,11	749.880,01
Transferências Correntes	69.229.391,63	65.391.853,00	66.957.997,95	70.640.687,84	74.455.284,98	78.475.870,37
Demais Receitas Correntes	2.436.992,97	5.887.816,00	6.098.968,94	6.434.412,23	6.781.870,49	7.148.091,50
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	79.858.070,26	78.148.483,00	82.383.133,64	86.914.205,99	91.607.573,11	96.554.382,06
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	0,00	17.691.566,00	18.505.378,04	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	17.691.566,00	18.505.378,04	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	0,00	17.691.566,00	18.505.378,04	19.523.173,83	20.577.425,22	21.688.606,18
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	79.858.070,26	95.840.049,00	100.888.511,68	106.437.379,82	112.184.998,33	118.242.988,24

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DESPEAS CORRENTES (X)	0,00	0,00	77.155.280,64	81.398.821,08	85.794.357,41	90.427.252,71
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	30.131.018,90	31.788.224,94	33.504.789,09	35.314.047,70
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	293.944,01	310.110,93	326.856,92	344.507,19
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	46.730.317,73	49.300.485,21	51.962.711,41	54.768.697,82
DESPEAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	0,00	0,00	76.861.336,63	81.088.710,14	85.467.500,49	90.082.745,52
DESPEAS DE CAPITAL (XIII)	0,00	0,00	22.779.901,61	24.032.796,20	25.330.567,19	26.698.417,82
Investimentos	0,00	0,00	21.408.917,26	22.586.407,71	23.806.073,73	25.091.601,71
Inversões Financeiras	0,00	0,00	318.390,00	335.901,45	354.040,13	373.158,30
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	1.052.594,35	1.110.487,04	1.170.453,34	1.233.657,82
DESPEAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	0,00	0,00	21.727.307,26	22.922.309,16	24.160.113,85	25.464.760,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	967.352,37	1.020.556,75	1.075.666,81	1.133.752,82
DESPEAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	0,00	0,00	99.555.996,26	105.031.576,05	110.703.281,16	116.681.258,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
2015

RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	79.858.070,26	95.840.049,00	1.332.515,42	1.405.803,77	1.481.717,17	1.561.729,90
---------------------------------------	----------------------	----------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

FONTE:

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais I - Receitas e Despesas.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CANUTO

Prefeito

060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2015

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração da arrecadação de receitas.	6.000.000,00	Redução da execução orçamentária da despesa.	6.000.000,00
Aumento do serviço da dívida pública.	2.000.000,00	Abertura de crédito adicional a partir da anulação de dotações de despesas discricionárias.	2.000.000,00
Eventos de epidemias, enchentes e outras situações de calamidade pública.	10.000.000,00	Abertura de créditos adicionais extraordinários.	10.000.000,00
TOTAL	18.000.000,00	TOTAL	18.000.000,00

FONTE:

Secretaria de Administração e Urbanismo.

Valores estimados a partir da análise da execução orçamentária dos últimos três exercícios.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN
Prefeito
060.809.444-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2015

AMF – Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.971.067,55	1.193.821,70	2.461.256,57
RECEITAS CORRENTES	2.971.067,55	1.193.821,70	2.461.256,57
Receita de Contribuições	2.531.211,02	2.816,16	2.119.594,61
Pessoal Civil	2.531.211,02	2.816,16	2.119.594,61
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	439.856,53	1.191.005,54	341.661,96
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.423.975,01	2.281.662,38	530.380,41
RECEITAS CORRENTES	1.423.975,01	2.281.662,38	530.380,41
Receita de Contribuições	1.423.975,01	2.281.662,38	530.380,41
Pessoal Civil	1.423.975,01	2.268.654,80	457.191,79
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	13.007,58	73.188,62
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	4.395.042,56	3.475.484,08	2.991.636,98

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.640.168,90	2.176.295,84	2.685.343,02
ADMINISTRAÇÃO	668.143,39	608.077,46	524.953,00
Despesas Correntes	666.014,29	602.418,96	524.953,00
Despesas de Capital	2.129,10	5.658,50	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	972.025,51	1.568.218,38	2.160.390,02
Pessoal Civil	972.025,51	1.568.218,38	2.160.390,02
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2015

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	1.640.168,90	2.176.295,84	2.685.343,02
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	2.754.873,66	1.299.188,24	306.293,96
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	5.373.750,85	6.600.601,50	5.890.147,21

FONTE:

Balanços contábeis dos períodos em referencia.

CARLOS ALBERTO M. DE MENDONÇA CAN

Prefeito
060.809.444-72